



**Ata da 3ª Reunião de Análise da Estratégia 2018**  
Administração do Tribunal e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica  
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Data: 4/4/2019	Hora início: 14h	Hora final:	Local: Auditório do 3º andar
Presentes:	Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Desembargadora Presidente do Tribunal)		
	Maria Madalena de Oliveira (Desembargadora Vice-Corregedora)		
	Luciane Storel da Silva (Desembargadora Gestora de Metas do Plano Estratégico)		
	Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa (Diretora da Escola Judicial)		
	Alvaro dos Santos (Juiz Auxiliar da Presidência)		
	Cristiane Montenegro Rondelli (Juiza Auxiliar da Presidência)		
	Renato Henry Sant'Anna (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência Administrativa)		
	Daniela Macia Ferraz Giannini (Juiza Auxiliar da Vice-Presidência Judicial)		
	Lucia Zimmermann (Juiza Auxiliar da Corregedoria Regional)		
	Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser (Diretor-Geral)		
	Simone Möller Arruda (Secretária-Geral da Presidência Substituta)		
	Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson (Secretária da Administração)		
	Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)		
	Antônio Carlos Betanho (Coordenador de Estatística e Pesquisa)		
	Arlene Andrade Rebolla (Assistente de Coordenadoria e profissional da área de Estatística)		
	Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)		
	Fábio Gomes Amorim de Souza (Responsável pelo Escritório de Processos)		
	Lara de Paula Jorge (Assessora da Escola Judicial)		
	Ana Carolina Pitton Cuelbas (Responsável pelo Escritório Socioambiental)		
	César Reinaldo Offa Basile (Presidente da Amatra XV)		
	Caio Rodrigues Martins Passos (Juiz do Trabalho membro do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica)		
	Paulo Eduardo de Almeida (Secretário-Geral Judiciário)		
	Vladimir Nei Suato (Secretário da Corregedoria)		
<b>Ausentes</b>	Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla (Desembargadora Vice-Presidente Administrativa)		
	Tereza Aparecida Asta Gemignani (Desembargadora Vice-Presidente Judicial)		
	Manuel Soares Ferreira Carradita (Desembargador Corregedor Regional)		
	José Aristéia Pereira (Presidente do Sindiquinze)		

**Intervenções:**

<b>Dr. Álvaro</b>	Agradeceu a presença de todos, em especial da Senhora Presidente Desembargadora Dra. Gisela R. M. de Araújo e Moraes e solicitou o início da reunião.
<b>Sra. Iara</b>	Iniciou agradecendo a presença de todos, ressaltou que a intenção com a presente reunião é demonstrar os resultados do ano de 2018, visando o aprimoramento dos trabalhos do TRT da 15ª Região, principalmente analisando os indicadores estratégicos vinculados ao Tribunal e



	<p>verificando as metas traçadas, bem como seus resultados, tendo em vista os parâmetros traçados pelo CSJT e CNJ.</p> <p>Indicou que os resultados da pesquisa anual realizada de satisfação interna e externa evidenciou que tanto o público interno quanto o externo demonstraram índice de satisfação superior à meta, que era de 75% de aprovação, com uma média geral de 79%. A pesquisa também indicou que 81% dos servidores se sentem satisfeitos com o trabalho e as condições oferecidas, o que significa que atingimos o percentual da meta de qualidade de vida no ambiente de trabalho.</p> <p>De igual modo ocorreu com as metas dos demais indicadores dos objetivos institucionais, ou seja, os resultados foram acima do esperado, como apresentado pelos gráficos. A comunicação institucional tinha como meta o percentual de 65% e atingimos 74%; as iniciativas compartilhadas também foram superiores, pois o total em 2018 foi de 17, enquanto a meta era 13; a revisão dos processos de trabalho apresentou excelente índice, pois alcançou 98,1%; a taxa de absenteísmo se manteve próxima ao esperado, que era entre 2 e 2,6%, sendo de 1,9%; de igual sorte estamos dentro do tempo esperado de utilização do mobiliário e do uso de equipamento de informática; as iniciativas vinculadas ao pacto global estão bem superiores à meta fixada, pois totalizam 25 no ano, enquanto a meta era realizar apenas 10 ações; houve acima da meta a quantidade de matérias submetidas para atendimento ao primeiro grau, pois foram feitas 6, enquanto a meta era 4 e também a manutenção preventiva também foi superior, com 79%, enquanto a meta seria de 68%.</p>
<b>Dra. Maria Inês</b>	<p>Pontuou que relativamente à meta da conciliação há um esforço enorme dos servidores e magistrados para que se atinja a meta. Ressaltou a necessidade de continuar os projetos de mudança na cultura jurídica sobre o tema, como o TRT15 vem fazendo.</p>
<b>Dra. Luciane Storel</b>	<p>Ressaltou que pode ter ficado prejudicada a estatística relativa a diversos processos conciliados, pois não havia fluxo no PJE para o Cejusc, o que foi recentemente solucionado.</p>
<b>Sra. Iara</b>	<p>Indicou que a intenção é justamente continuar este trabalho, fomentando os resultados da conciliação em prol de atingir a meta fixada, que é de 48%.</p> <p>Demonstrou que, entre as metas nacionais, tanto do poder judiciário (CNJ) quanto da justiça do trabalho (CSJT), o desempenho do TRT15 é positivo e satisfatório na maioria das metas traçadas, exceto no que tange às metas de (1) redução de tempo médio do processo em 1º e 2º grau; (2) relativas ao julgamento das ações coletivas e (3) o índice de percentual da conciliação em fase de conhecimento, pois, foram abaixo do esperado.</p> <p>Explicou que são remetidos aos gabinetes dos Desembargadores, bem como às Varas do Trabalho, a relação das ações coletivas que estão pendentes de julgamento, com a intenção de ressaltar a prioridade a ser dada a tais processos, bem como será dado andamento nos projetos de melhoria relativos à conciliação.</p> <p>Ressaltou que é graças ao esforço dos nossos desembargadores, juizes e servidores que este Tribunal registra resultados melhores, que se consolidam na qualidade e na celeridade dos serviços oferecidos à população. Agradeceu a presença de todos novamente e encerrou a apresentação.</p>
<b>Sr. Herbert</b>	<p>Agradeceu a presença de todos e iniciou lembrando a todos que os resultados apurados de tecnologia da informação não são resultados apenas da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações, mas de várias áreas do Tribunal, que além de sugerir diretrizes e orientações à área técnica, realizam uma participação efetiva como é o caso da Comissão de Informática, do Comitê de Governança da Informação de TIC, Comitê de Segurança da Informação, Comitê de Priorização de Demandas, dentre outros. Assim, os resultados a serem apresentados demonstram o esforço de todos na busca de uma TI melhor no Tribunal. Iniciou informando que de todos os indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico de TIC - PETIC, apenas um indicador não conseguiu ser apurado, sendo que 69,23% dos indicadores foram apurados como positivos, 7,69% considerados satisfatórios e 23,08% considerados insatisfatórios.</p> <p>Esclarecendo os indicadores que foram considerados insatisfatórios, expôs que o indicador que</p>



	<p>mede a implantação da gestão de riscos de TIC no Tribunal não foi ainda implementado apesar de ter sido aprovado no final do ano de 2018 o processo de trabalho que trata da metodologia a ser utilizada para tratamento de riscos no Tribunal, havendo a necessidade de se realizar durante o ano de 2019 esta atividade. No tocante ao indicador que mede o tempo de indisponibilidade não programada do PJe, demonstrou a todos os índices apurados mês a mês no ano de 2018, destacando que no mês de julho, devido a um problema em uma das versões do PJe que foi instalada naquele mês, quedas consecutivas do sistema durante a noite, quando não há expediente no Tribunal, acabou elevando significativamente a apuração deste índice, pois atingiu a marca de 19,57%. Outro indicador que teve resultado insatisfatório foi o referente ao índice de efetividade do plano de contratações de TIC, que com o índice de 61% ficou bem abaixo dos 85% esperados. Justificou que duas situações acarretaram tal situação, a primeira relacionada a restrição orçamentária ocorrida em 2018 que impossibilitou que muitas contratações fossem concretizadas e a segunda, relacionadas a demandantes que registraram intenções de compra no plano de contratações mas desistiram de dar andamento nos pedidos ao longo do ano. Em relação ao índice de conformidade aos requisitos de segurança da informação contidos no iGOV-JUD/CNJ, que foi o único indicador que atingiu o nível satisfatório, comentou que tem havido um grande empenho do Comitê de Segurança da Informação para o atendimento das necessidades apontadas pelo referido Órgão superior e destacou que no ano de 2018 foram aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal duas resoluções administrativas muito importantes relacionadas ao tema, Gestão de Segurança da Informação - GSI e a Política Institucional de Segurança da Informação - PISI, reafirmando que esse tema envolve todas as áreas do Tribunal que possuem informações sensíveis e não só a área de tecnologia da informação. Sugeriu também que para buscar uma maior efetividade do plano de contratações de TIC, poderiam ser realizadas pelo menos duas revisões anuais do plano, ajustando-o à realidade existente, eliminando situações que afetam o seu desempenho.</p> <p>Os demais indicadores atingiram as metas estabelecidas, superando os valores inicialmente estipulados para o ano de 2018: satisfação dos servidores da TIC, bem como usuários internos e externos, IgovTI, indisponibilidade programada do PJe; infraestrutura de TIC e capacitação de TIC. Agradeceu a presença de todos e encerrou a apresentação.</p>
<b>Dra. Luciane</b>	Apontou que mesmo com o PJE, que muito melhorou e aprimorou os trabalhos, deve existir uma atenção especial à saúde, tendo em vista os resultados apresentados, promovendo um trabalho de excelência mas também com qualidade de vida e saúde para os servidores, Magistrados e Desembargadores.
<b>Dr. Álvaro</b>	Destacou que a presente reunião demonstra a participação tanto positiva quanto negativa de todos, vez que se trata de uma equipe única, e cabe a nós melhorarmos nossos serviços prestados.
<b>Dra. Gisela Moraes</b>	Agradeceu a presença de todos, ressaltando que é graças ao esforço diuturno dos nossos desembargadores, juizes e servidores que este Tribunal registra o aprimoramento dos resultados, que se consubstancia na qualidade e na celeridade dos serviços oferecidos à população.

Exma. Desembargadora Dra. Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes (Presidente do Tribunal)

Sr. Herbert Wittmann (Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações)

Sra. Iara Cristina Gomes (Assessora de Gestão Estratégica)

### Ata da 3ª Reunião de Análise da Estratégia 2018

LISTA DE PRESENÇA - 04.04.2019

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Tereza Aparecida Asta Gemignani

Manuel Soares Ferreira Carradita

Maria Madalena de Oliveira

Luciane Storel da Silva

Maria Inês Correa de Cerqueira Cesar Targa

Alvaro dos Santos

Cristiane Montenegro Rondelli

Renato Henry Sant'Anna

Daniela Macia Ferraz Giannini

Lúcia Zimmermann

Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser

Simone Möller Arruda

Ana Silvia Damasceno Cardoso Buson

Herbert Wittmann

Antônio Carlos Betanho

Arlene Andrade Rebolla

Iara Cristina Gomes

Fábio Gomes Amorim de Souza

Lara de Paula Jorge

Ana Carolina Pitton Cuelbas

César Reinaldo Offa Basile

Caio Rodrigues Martins Passos

Paulo Eduardo de Almeida

José Aristéia Pereira